Projeto de Lei nº , de 2003

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Acresce Seção I – A e altera os artigos 156 e 157 da Lei 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Seção I do Capítulo III da Lei n.º 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção:

“Seção I – A

Da Preservação dos Vínculos Familiares

Art. 154 – A. O procedimento para a preservação dos vínculos familiares será iniciado por técnicos de entidades de abrigo, imediatamente após o recolhimento da criança ou adolescente, com base no disposto pelo artigo 92, com vistas à reintegração familiar.

§ 1º. Sempre que possível, os técnicos devem procurar outros membros da família para cumprir a finalidade de reintegração social.

§ 2º. As famílias devem ser inseridas em programas de apoio e proteção ao abandono, nos termos do que dispõe o artigo 23 e seu parágrafo único.

§ 3º. Havendo constatação imediata da inviabilidade da preservação dos vínculos familiares, devido a gravidade ou excepcionalidade do caso, será encaminhado parecer fundamentado à

autoridade judiciária, com vistas a subsidiar a ação de perda ou suspensão do pátrio poder.

§ 4º. Aceitando o parecer de que trata o parágrafo anterior, a autoridade judiciária encaminhará os autos ao Ministério Público, para que proponha a ação de perda de pátrio poder, observando o que dispõe o artigo 157 e seus parágrafos.

§ 5º. Caso a autoridade judiciária não aceite o parecer de que trata o § 3º, determinará à entidade de abrigo as medidas que entender necessárias.

§ 6º. O prazo para esgotamento das tentativas de preservação dos vínculos familiares é de três meses.

§ 7º. O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogável por igual período pela autoridade judiciária, mediante decisão fundamentada, desde que evidenciadas as possibilidades de sucesso dos trabalhos de preservação dos vínculos familiares em andamento.

§ 8º. Se, ao término do prazo de que trata o parágrafo anterior, ficar caracterizado o insucesso das tentativas de preservação do vínculo familiar, os dirigentes da entidade de abrigo encaminharão, no prazo de 48 horas, parecer fundamentado à autoridade judiciária, a qual procederá nos termos do § 4º.”

Art. 2º. O art. 156 da Lei n.º 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 156. O procedimento para a perda ou a suspensão do pátrio poder terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse; e sua tramitação, assegurado o contraditório, não poderá exceder o prazo de seis meses, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação do responsável pela criança ou adolescente.”

Art.3º. O art. 157 da Lei n.º 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157. Recebendo os autos nos termos do § 3º do artigo 155, o Ministério Público proporá, em quinze dias, improrrogáveis, o procedimento de perda do pátrio poder ou retornará os autos ao juízo, fundamentando a não-propositura da ação.

§ 1º. A autoridade judiciária, ao receber os autos nos termos do caput, sem que tenha sido proposto o procedimento de perda de pátrio poder, e concordando com as razões, determinará as medidas necessárias.

§ 2º. Caso a autoridade judiciária discorde da não-propositura do procedimento de perda de pátrio poder, remeterá, em quinze dias, improrrogáveis, os autos ao órgão Superior do Ministério Público, para redistribuição e novo exame, que deverá obedecer aos prazos e à sistemática prevista neste artigo.

§ 3º. É vedado ao Ministério Público deixar de propor o procedimento de perda de pátrio poder sem que proponha a adoção de medidas tendentes a preservação dos vínculos familiares, as quais devem ser inovadoras com relação as já tentadas pela entidade de abrigo e não poderão exceder o prazo de que trata o artigo 155, § 6º.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A realidade em que vivem as crianças e adolescentes que moram em abrigos em todo o país é gritante, como constatou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em dezembro de 2001, período em que visitou abrigos em vários estados do Brasil. Uma realidade que percebe-se a distorção do objetivo fim desses abrigos, que deveria ser de proteção, calor humano, torna-se uma experiência de exílio familiar, em sua maioria, onde ficarão praticamente detentas nesses estabelecimentos até alcançarem sua maior idade.

Essas crianças e adolescentes desejam apenas a felicidade, como quaisquer crianças de famílias estruturadas. Querem um pai, uma mãe, mas, sem a intervenção do Poder Público, hoje fica difícil.

Infelizmente, hoje a maioria dos casais que fazem parte da “fila” de adoção preferem crianças recém nascidas “criadas a base de danoninho”, ou seja, brancas, olhos claros, face coroadas, rechonchudas e sorridentes. Porém as crianças que encontramos nesses abrigos não estão nesses padrões. Na grande maioria possuem rostos entristecidos, nutrição a desejar, são mestiças, pardas e negras. Geralmente já estão em idade avançada, muitas sofrem violências psicológicas e físicas. Essas crianças estão marginalizadas do processo de adoção devido seu perfil.

A ótica estabelecida é que o processo de adoção deve encontrar uma criança para uma família que não possui filhos, sendo que, o inverso temos que fazê-lo ser verdadeiro, pois, hoje, não é.

É ponto pacífico que o poder público deve esgotar todos os meios para a recuperação dos laços familiares biológicos entre pais e filhos, deve estimular a reaproximação e propor políticas públicas para a viabilização disto como a criação de emprego, auxílios sociais, assistência psicológica, escolas próximas as residência, entre outras ações que poderíamos enumerar. Porém, existem casos que comprovadamente existe a condição de abandono total, mas, a criança espera por anos de decisão judicial, o que transforma as casas de passagem em verdadeiros depósitos de exilados, condenados a própria sorte.

Procuramos, então, ao fixar prazos e regular uma dinâmica de prevenção ao abandono, corrigir o que nos parece ser uma lacuna do estatuto. O mesmo diploma legal que fixou um prazo limite para a execução de medidas de privação de liberdade para adolescentes que praticam atos infracionais graves, não apresentou qualquer prazo limite para a destituição do pátrio poder o que, na maioria das vezes, tem implicado na lamentável prática de uma exclusão pelo abrigo.

Num país em que se pratica a exclusão social sem remorsos, o abandono das crianças – face mais cruel do descaso do estado com seus cidadãos – está a exigir solução urgente, porque urgentes são suas necessidades, precisamente em função de sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Tão fundamental é esse direito, que o ECA previu que esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a criança ou o adolescente será colocado em família substituta, rompendo a concepção que tem atravessado séculos – de que a família só pode ser entendida dentro de um contexto físico-biológico, propondo laços de afeto, diante da falência dos laços de sangue.

Assim sendo recuperável a convivência ou permanência da criança com sua família biológica, o juiz poderá suspender ou destituir-lhes do pátrio poder, liberando a criança ou adolescente para que possa ser escolhida e aceita em uma família substituta, seja em guarda ou adoção.

Importante observar não se estar propondo, ao arripio da lei, que os pobres e miseráveis, maioria esmagadora da população brasileira, renunciem ao direito de constituir e manter uma família. Em boa hora o estatuto veio pacificar que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do pátrio poder, inexistindo outro motivo que por si só

autorize a decretação da medida extrema, a criança ou adolescente será mantida em sua família de origem, a qual, obrigatoriamente, deverá ser incluída em programas oficiais de auxílio.

É com os olhos voltados para as crianças e adolescentes cuja a preservação dos vínculos familiares restou inviabilizada, mediante constatação expressa e fundamentada exagerada pelos técnicos dos abrigos e do judiciário – que propomos a necessária alteração no ECA, afim de que passe a constar, na lei, prazo para a perda e suspensão do pátrio poder, oferecido como alternativa para

Para esse universo infanto-juvenil o tempo urge, porque é hoje – e não amanhã – que estão formando suas células, que foi deflagrado o seu processo de crescimento e desenvolvimento. Impossível permanecermos todos, sociedade e estado, impassíveis ao seu sofrimento público e histórico.

Ao fim e ao cabo, o que se está propondo é um olhar solidário ao exército de crianças e adolescentes que cresce silenciosamente entre os muros dos abrigos e ruidosamente nas ruas, para as quais restou inviabilizada a convivência ou permanência com sua família biológica e que amargam a falta de família e a falta de afeto, devido a inércia dos poderes públicos instituídos e à falta de vontade política. O que se pretende é dar voz aos que não tem voz, retirando-os do limbo da burocracia estadual e da indiferença social e outorgando-lhes efetivamente, a cidadania a que têm direito.

Sala das Sessões, de de 2003.

Deputado REGINALDO LOPES
PT-MG.